



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

MOBILIDADE FUNCIONAL

PROCESSO DE PROMOÇÃO 2025

ANEXO I DO EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES Nº 01/2025

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS para Técnico em Gestão Previdenciária e Analista em Gestão Previdenciária:

A legislação, para todas as carreiras, deve ser considerada com as alterações e atualizações vigentes até a data da publicação do edital, ou das retificações deste. Legislação com entrada em vigor após a publicação do edital (retificações deste) poderá ser utilizada, quando superveniente ou complementar a algum tópico já previsto ou indispensável à avaliação para o cargo. Todos os temas englobam também a legislação que lhes é pertinente.

BENEFÍCIOS DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES

Benefícios – Do funcionamento e da organização dos Regimes Próprios de Previdência Social. – Do Sistema de Proteção Social dos Militares. – Da criação e competência da SPPREV. – Do conselho Administrativo e Fiscal. – Do sistema Previdenciário e assistência médica. – Da Caixa Beneficente da Polícia Militar. – Da pensão mensal Civil e Militar e da Comprovação da Dependência Econômica. – Da União Estável. – Da Tutela e da Curatela. – Dos contribuintes. – Das contribuições e da Base de Cálculo. – Do Recolhimento e da Finalidade das Contribuições. – Dos Benefícios e dos Beneficiários. – Da decadência e da Prescrição. – Da assistência Médica e Hospitalar. – Dos conceitos de Vencimentos, Remuneração e Salário. – Das jornadas de Trabalho. Do Teto Constitucional. – Do Salário-família, do Auxílio Reclusão e Funeral. – Do Abono de Permanência. – Do Servidor Público Afastado ou Licenciado e de sua Vinculação ao RPPS. – Da aposentadoria. – Dos Tipos de Aposentadoria. – Da Inatividade Militar, Da Reserva e Da Reforma. – Das regras de Inatividade e da Promoção. – Da Reserva e Da Reforma. – Da Contagem de Tempo de Contribuição. – Da Certidão de Tempo de Contribuição. – Do Regime de Previdência Complementar e sua Base de Cálculo. – Da Isenção de Imposto de Renda e Do Acúmulo de Pensões.

Bibliografia:

Lei Complementar n.º 1.010/07 – Dispõe sobre a criação da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2007/lei.complementar-1010-01.06.2007.html>

Lei Federal n.º 13.954/2019 – Altera a Lei n.º 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei n.º 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei n.º 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei n.º 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei n.º 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória n.º 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei n.º 11.784, de 22 de setembro de 2008:

Artigo 2º – traz alterações da Lei n.º 6.880/80;

- art. 50;

Artigo 4º – traz alterações da Lei n.º 3.765, de 04/05/1960;

- art. 3A, § 2º (contribuição);

Artigo 25 – traz alterações do Decreto Lei n.º 667, de 02/07/1969;

- art. 24, 24C a 24H.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm



Instrução Normativa SEPRT n.º 5, de 15/01/2020 – Estabelece orientações a respeito das normas gerais de inatividade e pensões e das demais disposições relativas aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecidas pela Lei n.º 13.954, de 16 de dezembro de 2019, mediante alteração do Decreto-Lei n.º 667, de 2 de julho de 1969. Art 3 e 4, 6 e 7, 13 e 14, 16 a 18, 20 a 22.

Disponível em:

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-5-de-15-de-janeiro-de-2020-238382288>

Lei Complementar n.º 452/74 e alterações – Institui a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médico-hospitalar e odontológica e dá providências correlatas. artigos. 6, 8 a 11, 16, 18, 20 a 23

Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1974/alteracao-lei-452-02.10.1974.html>

Lei Complementar n.º 1.013/07 – Altera a Lei n.º 452, de 2 de outubro de 1974, e o Decreto-lei n.º 260, de 29 de maio de 1970, e dá providências correlatas.

- artigos 1º, 2º e 3º e 10 a 15.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2007/lei.complementar-1013-06.07.2007.html>

Lei Complementar n.º 1.150/2011 e alterações – Dispõe sobre regras de inatividade e promoção aplicáveis aos policiais militares, nas condições que especifica.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2011/alteracao-lei.complementar-1150-20.10.2011.html>

Lei Complementar n.º 1.305, de 20 de setembro de 2017 – Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 260, de 29 de maio de 1970, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2017/lei.complementar-1305-20.09.2017.html>

Decreto Regulamentar n.º 52.860/08 – Regulamenta a contribuição previdenciária dos militares do serviço ativo, da reserva remunerada, reformados, agregados e respectivos pensionistas, nos termos da Lei Complementar n.º 1.013, de 6 de julho de 2007, e dá providências correlatas.

- artigos: 1º a 3º; 8º a 24; 33 a 36.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-52860-02.04.2008.html>

Decreto-Lei n.º 260/70 – Dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

- artigos 15 a 26-A, 27 a 29 e 50 a 56.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1970/decreto.lei-260-29.05.1970.html>

Lei Complementar n.º 1.012/07 – Altera a Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978; a Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968; a Lei Complementar n.º 207, de 5 de janeiro de 1979.



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2007/lei.complementar-1012-05.07.2007.html>

Lei Complementar n.º 500/74 – Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1974/lei-500-13.11.1974.html>

Lei Complementar n.º 10.887/04 – Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, n.º 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.887.htm

Lei n.º 14.653/11 – Institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14653-22.12.2011.html>

Decreto Regulamentar n.º 52.046/07 – Aprova o Regulamento da São Paulo Previdência - SPPREV, criada pela Lei Complementar n.º 1.010, de 1º de junho de 2007.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-52046-09.08.2007.html>

Decreto Regulamentar n.º 52.859/08 – Regulamenta a Lei Complementar n.º 1.012, de 5 de julho de 2007.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-52859-02.04.2008.html>

Constituição Federal de 1988 (Art. 22, inciso XXI; Art.37, 40, 42, 142).

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm

Emenda Constitucional 20/98.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm

Emenda Constitucional 41/03 – Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm

Emenda Constitucional 47/05 – Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm

Emenda Constitucional 70/12 – Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional n.º 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc70.htm

Lei Federal n.º 7.713/88 – Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7713.htm

Lei Federal n.º 11.052/04 – Altera o inciso XIV da Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei n.º 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11052.htm



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Lei Federal n.º 13.135/15 – Altera as leis n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, n.º 10.876, de 2 de junho de 2004, n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e n.º 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13135.htm>

Lei n.º 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10261-28.10.1968.html>>

Acesso em 20 ago. 2019.

Lei n.º 9.717/98 – Dispõe sobre regras gerais sobre a organização e funcionamento dos Regimes Próprios da Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9717.htm>

Lei n.º 10.177/98 – Regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10177-30.12.1998.html>>

Código Civil – Da união estável e dos tutores – Artigos 1723 e 1728 a 1731.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm>

Portaria SPPREV n.º 25/2012 – Dispõe sobre novo procedimento para concessão de aposentadoria no Estado de São Paulo, determinando o envio de Processo de Aposentadoria SPPREV, que deve reunir documentos essenciais e suficientes para concessão do benefício de aposentadoria através de trâmite digital monitorado pelo Sistema de Gestão de Benefícios Previdenciários – SIGEPREV, e posterior fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, tornando o procedimento dinâmico e célere.

Disponível em:

<http://www.spprev.sp.gov.br/Detailhe_todasNoticias.aspx?noticia=306>

Portaria MPS n.º 154/2008 – Disciplina Procedimentos sobre a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição.

Disponível em:

<[Http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/09/PORTARIA-MPS-no-154-de-15mai2008-atualizada-ate-04set2018.pdf](http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/09/PORTARIA-MPS-no-154-de-15mai2008-atualizada-ate-04set2018.pdf)>

Lei Complementar n.º 1.354/2020 – Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2020/lei.complementar-1354-06.03.2020.html>

Decreto Regulamentar n.º 56.217/2010 - Altera o Regulamento da São Paulo Previdência - SPPREV aprovado pelo Decreto n.º 52.046, de 9 de agosto de 2007, e o Decreto n.º 54.623, de 31 de julho de 2009, que define diretrizes com vista ao disposto no artigo 36 da Lei Complementar n.º 1.010, de 1º de junho de 2007

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-56217-21.09.2010.html>

Emenda Constitucional 103/2019 - Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

Portaria MF n.º 393/2018 - Altera disposições das Portarias MPS n.º 204, de 10 de julho de 2008, n.º 402, de 10 de dezembro de 2008, e n.º 154, de 15 de maio de 2008, e da Portaria MF n.º 577, de 27 de dezembro de 2017, e dá outras providências, artigos 3º e 4º alteram dispositivos da MPS n.º 154/2008.

Disponível em:

<http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/09/Portaria-MF-393-2018.pdf>

Decreto n.º 65.021/2020 - Dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/norma/194241>



Decreto n.º 65.964/2021 - Regulamenta a Lei Complementar n.º 1.354, de 6 de março de 2020, para fixar procedimentos para concessão de aposentadorias e pensões por morte e disciplinar o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo - RPPS e dá outras providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2021/decreto-65964-27.08.2021.html>

Lei Complementar n.º 1.123, de 01 de julho de 2010 - o Artigo 1.º - V - Altera o artigo 6.º da Lei Complementar n.º 1.013/2007, que trata de alterações da Lei n.º 452, de 2 de outubro de 1974, e o Decreto-lei n.º 260, de 29 de maio de 1970, e dá providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2010/lei.complementar-1123-01.07.2010.html>

Decreto n.º 69.126, de 09 de dezembro de 2024 - altera a redação do Decreto n.º 60.435, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da Administração direta e autárquica e dá providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-69126-09.12.2024.html>

Decreto n.º 69.418, de 12 de março de 2025 - altera a redação do Decreto n.º 60.435, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica e o Decreto n.º 69.182, de 18 de dezembro de 2024, que aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2025/decreto-69418-12.03.2025.html>

Comprev – Compensação Previdenciária entre regimes de previdência. Regras e procedimentos.

Bibliografia:

Lei n.º 9.796/1999 e alterações – Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9796.htm>

Decreto n.º 10.188/2019 – Dispõe sobre a regulamentação da Lei n.º 9.796, de 5 de maio de 1999.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10188.htm#art27>

Instrução Normativa PRES/INSS n.º 128/2022 – art. 520 a 522 - Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-pres/inss-n-128-de-28-de-marco-de-2022-389275446>

Portaria MPS n.º 1.400/2024 - Disciplina os parâmetros e diretrizes da operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e destes entre si, em cumprimento da Lei n.º 9.796, de 5 de maio de 1999, e do Decreto n.º 10.188, de 20 de dezembro de 2019

Disponível em:

https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/portarias/portarias_todas/portaria-mps-no-1-400-de-27-de-maio-de-2024.pdf



RELACIONAMENTO COM O SEGURADO

Atendimento – Dos direitos básicos e deveres dos usuários, das manifestações dos usuários de serviços públicos, das ouvidorias, dos conselhos de usuários, da avaliação continuada dos serviços públicos.

Bibliografia:

Lei n.º 10.177/98 – artigo 33 – Regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10177-30.12.1998.html>

Lei n.º 13.460/2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm

Lei n.º 13.276/2018 – Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13726.htm

Lei n.º 10.294/1999 - Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/lei-10294-20.04.1999.html>

Decreto nº 68.156, de 09 DE DEZEMBRO DE 2023 - Regulamenta a Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999 - Capítulos I e V a VIII.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68156-09.12.2023.html>

Consignações em folha de pagamento – Das consignações, das consignatárias, consignantes, consignados, das espécies de consignação, das margens consignáveis, dos descontos obrigatórios, das consignações preferenciais e facultativas, dos tipos de entidades consignatárias, do credenciamento de consignatárias, das penalidades às consignatárias, da insuficiência de margem, do repasse dos valores, do serviço de Controle de Consignações – SCC.

Bibliografia:

Decreto n.º 60.435/2014 – Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica e dá providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/compilacao-decreto-60435-13.05.2014.html>

Decreto n.º 61.470/2015 – Altera e acrescenta dispositivos que especifica ao Decreto n.º 60.435, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica e dá providências correlatas.

Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61470-02.09.2015.html>

Decreto n.º 61.750/2015 - Altera e acrescenta dispositivos que especifica ao Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica e dá providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61750-23.12.2015.html>



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Decreto n.º 61.948/2016 - Dá nova redação a dispositivo que especifica do Decreto n.º 61.750, de 23 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2016/decreto-61948-28.04.2016.html>

Decreto n.º 62.137/2016 – Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da Administração Direta e autárquica e dá providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2016/decreto-62137-04.08.2016.html>

Decreto n.º 66.622/2022 - Altera a redação do Decreto n.º 60.435, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica e dá providências correlatas

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/norma/202904>

Resolução SFP n.º 26, de 14/04/2022 - Estabelece normas complementares para as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica.

Disponível em:

https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/folha/Paginas/Resolucao_SFP_26

Recadastramento – Da obrigatoriedade, dos locais de recadastramento e da sua falta, dos representantes legais e respectivas restrições, da tutela e curatela, da documentação, da periodicidade, das consequências do não recadastramento, dos impossibilitados de locomoção, das visitas domiciliares, dos pensionistas universitários, dos residentes fora do país.

Bibliografia:

Decreto N.º 68.306, de 16 de janeiro 2024 - Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, regulamenta o artigo 5º da Lei federal n.º 14.063, de 23 de setembro de 2020, e disciplina a comprovação de vida e as ações de recadastramento por meio digital para os fins que especifica.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-68306-16.01.2024.html>

Portaria SPPREV n.º 295/2023 de 04 de dezembro 2023 – Disciplina o recadastramento (prova de vida) dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2024.

Disponível em:

https://www.spprev.sp.gov.br/ARQUIVOS_PDF/Portaria%20SPPREV_295_2023.pdf

Tecnologia e Inovação – Dos objetivos e procedimentos

Bibliografia:

Decreto n.º 67.799/2023 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2023 a 2026, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-67799-13.07.2023.html>



Recursos Humanos

Sistema de Administração de Pessoal – provimento de cargos, mobilidade funcional, vencimentos e salários, regime jurídico, avaliação de desempenho, benefícios, substituição eventual, pró-labore, adicional por tempo de serviço (art. 129 da Constituição Estadual), gratificação pelo desempenho de atividade no Poupatempo, incorporação, critérios para percepção, percentuais; teto constitucional, férias, pagamento, período aquisitivo e descanso, Prêmio de Incentivo à Qualidade-PIQPREV, concessão, cálculo e percentual, critérios de avaliação de desempenho.

Bonificação Por Resultados – apuração, indicadores, efetivo exercício, cumprimento das metas e cálculo da bonificação por resultado.

Bibliografia:

Lei Complementar n.º 1.058/2008 e alterações – Institui o Plano de Carreiras, de Empregos Públicos e Sistema Retributório para os empregados da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV, e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/alteracao-lei.complementar-1058-16.09.2008.html>>

Lei Complementar n.º 1.361/2021 e alterações – Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da administração direta e autarquias, cria a Controladoria Geral do Estado, dispõe sobre a Assistência Técnica em Ações Judiciais.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2021/lei.complementar-1361-21.10.2021.html>>

Lei Complementar n.º 847/1998 e alterações – Institui o "POUPATEMPO – Centrais de Atendimento ao Cidadão" – Programa do Governo do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1998/alteracao-lei.complementar-847-16.07.1998.html>>

Lei Complementar n.º 1.395/2023 e alterações – Dispõe sobre os cargos em comissão e as funções de confiança no âmbito da Administração Pública direta e das autarquias, altera as leis complementares que especifica e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2023/lei.complementar-1395-22.12.2023.html>>

Decreto n.º 68.742/2024 – Estabelece a organização da Administração Pública direta e das autarquias do Estado, regulamenta a Lei Complementar n.º 1.395, de 22 de dezembro de 2023, e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-68742-05.08.2024.html>>

Decreto n.º 69.229/2024 – Aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da São Paulo Previdência - SPPREV.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-69229-23.12.2024.html>>

Decreto n.º 58.078/2012 – Estabelece normas e critérios para fins de concessão do Prêmio de Incentivo à Qualidade Previdenciária – PIQPREV, instituído pela Lei Complementar n.º 1.162, de 26 de dezembro de 2011, aos servidores que especifica e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58078-25.05.2012.html>>

Decreto n.º 58.079/2012 – Institui a Avaliação de Desempenho Individual (ADI), no âmbito da São Paulo Previdência - SPPREV, aos empregados integrantes das carreiras abrangidas pela Lei Complementar n.º 1.058, de 16 de setembro de 2008, e dá providências correlatas.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58079-25.05.2012.html>

Decreto n.º 66.772/2022 e alterações – Regulamenta a Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar n.º 1.361, de 21 de outubro de 2021, e dá providências correlatas.



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2022/decreto-66772-24.05.2022.html>>

Lei n.º 4.090/1962 – Institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4090.htm>

Lei n.º 4.749/1965 – Dispõe sobre o Pagamento da Gratificação Prevista na Lei n.º 4.090, de 13 de julho de 1962.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4749.htm>

Decreto n.º 57.155/1965 – Expede nova regulamentação da Lei n.º 4.090, de 13 de julho de 1962, que institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4.749, de 12 de agosto de 1965.

Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57155-3-novembro-1965-397497-publicacaooriginal-1-pe.html>>

Decreto n.º 52.833/2008 – Dispõe sobre os órgãos do Sistema de Administração de Pessoal, define competências das autoridades e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-52833-24.03.2008.html>>

Frequência e Sistema de ponto – regras do registro eletrônico de ponto, normas e registro sobre o horário de trabalho, compensação de jornada de trabalho, apuração da frequência, limite para compensação.

Bibliografia:

Decreto n.º 52.054/2007 – Dispõe sobre o horário de trabalho e registro de ponto dos servidores públicos estaduais da Administração Direta e das Autarquias, consolida a legislação relativa às entradas e saídas no serviço.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-52054-14.08.2007.html>>

Portaria SPPREV n.º 227/2014 e alterações – Dispõe sobre os procedimentos para apuração da jornada de trabalho mensal dos empregados públicos da São Paulo Previdência.

Disponível em:

<<http://www.spprev.sp.gov.br/Legislacao.aspx?tipo=E>>

Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego n.º 1.510/2009 – Sobre o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Disponível em:

<http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/Portaria/P1510_09.html>

Teletrabalho – Conceito, critérios, objetivos, manutenção do regime, deveres e direitos dos empregados, responsabilidades dos gestores, deveres da Gerência de Recursos Humanos.

Bibliografia:

Decreto n.º 62.648/2017 – Institui e disciplina o teletrabalho no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2017/decreto-62648-27.06.2017.html>>

Lei Complementar n.º 13.467/2017 - Capítulo II-a – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, e n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm>

Portaria SPPREV n.º 437/2018 – Disciplina as regras gerais de implementação do projeto-piloto de Teletrabalho no âmbito da São Paulo Previdência - SPPREV.

Disponível em:



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

<<http://www.spprev.sp.gov.br/Legislacao.aspx?tipo=E>>

Portaria SPPREV n.º 435/2019 – Altera a Portaria SPPREV n.º 437/2018 e disciplina, em caráter permanente, a modalidade de Teletrabalho no âmbito da SPPREV.

Disponível em:

<https://www.spprev.sp.gov.br/spprev/institucional/legisla%C3%A7%C3%A3o/estadual%20-%20portaria>

Licenças – Auxílio-doença, Licença-maternidade, Auxílio-acidente, Direito, concessão e requisição, extensão da licença-maternidade, prorrogação dos períodos, atestado médico, período de amamentação.

Bibliografia:

Decreto n.º 3.048/1999 e alterações – artigos 71 ao 80, 93 ao 103 e 105 – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm>

Consolidação das Leis do trabalho – CLT e alterações - artigos 392 e 396 – Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>

Lei n.º 8.213/1991 e alterações - artigos 60 ao 62 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>

Concursos Públicos – elaboração de editais, procedimentos relativos à realização de concursos públicos, critérios e procedimentos relativos à participação em concursos públicos.

Bibliografia:

Decreto n.º 60.449/2014 – Regulamenta os procedimentos relativos à realização de concursos públicos, no âmbito da Administração direta e autárquica do Estado e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60449-15.05.2014.html>>

Decreto n.º 63.979/2018 – Institui e disciplina sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas em concursos públicos destinados à investidura em cargos e empregos no âmbito do serviço público paulista, nos termos da Lei Complementar n.º 1.259, de 15 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63979-19.12.2018.html>>

Estágio – Classificação e relação do estágio, instituição de ensino, parte concedente, jornada e atividade no estágio, fiscalização e Compromisso entre as partes.

Bibliografia:

Lei n.º 11.788/2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e n.º 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>

Suprimentos e Suporte Logístico

Licitações – Procedimento licitatório: princípios básicos, tipos de licitação, modalidades, dispensa e inexigibilidade, habilitação dos licitantes, edital, classificação, julgamento de propostas, homologação, adjudicação, revogação e anulação de licitação.



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Contratos – Formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão.

Compras – Processo de Compras.

Suprimentos – Gestão de Materiais e Estoques

Patrimônio Mobiliário e estoques

Bibliografia:

Lei n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Decreto n.º 67.689/2023 – Regulamenta o inciso VII do artigo 12 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-67689-03.05.2023.html>

Decreto n.º 67.688/2023 – Regulamenta o § 1º do artigo 23 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

Disponível em:

<https://www.doe.sp.gov.br/executivo/decretos/decreto-n-67888-de-17-de-agosto-de-2023-8233830>

Decreto n.º 67.985/2023 – Regulamenta o disposto no artigo 20 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e veda a aquisição de bens e a contratação de serviços enquadrados na categoria de luxo, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

Disponível em:

<https://www.doe.sp.gov.br/executivo/decretos/decreto-n-67985-de-27-de-setembro-de-2023-8293770>

Decreto n.º 68.017/2023 – Dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares - ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68017-11.10.2023.html>

Decreto n.º 68.021/2023 – Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, nos termos do inciso II do artigo 19 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68021-11.10.2023.html>

Decreto n.º 68.185/2023 – Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR para a aquisição de bens e a contratação de serviços, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68185-11.12.2023.html>

Decreto n.º 68.220/2023 – Regulamenta o § 3º do artigo 8º da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e dos fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68220-15.12.2023.html>

Decreto n.º 68.304/2024 – Dispõe sobre os procedimentos de contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que tratam os artigos 74 e 75 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-68304-09.01.2024.html>

Decreto n.º 68.422/2024 – Regulamenta o artigo 31 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-68422-02.04.2024.html>>

Finanças e Contabilidade

Recuperação de crédito – Crédito Indevido, inscrição em dívida Ativa e Cadin.

Afastados – Afastamento e Licenças Servidores Públicos Civis e Militares. Contribuição Previdenciária.

Bibliografia:

Decreto Regulamentar n.º 52.859/08 – capítulo III – Regulamenta a Lei Complementar n.º 1.012, de 5 de julho de 2007.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-52859-02.04.2008.html>>

Lei Complementar n.º 1.012/07 – seção V – Altera a Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978; a Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968; a Lei Complementar n.º 207, de 5 de janeiro de 1979.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2007/lei.complementar-1012-05.07.2007.html>>

Decreto n.º 54.975/2009 – Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Administração Direta e Autarquias do Estado para desconto e repasse de contribuições previdenciárias de servidores efetivos de outros entes da federação, afastados junto ao Governo do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54975-29.10.2009.html>>

CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária

Bibliografia:

Decreto n.º 3.788/2001 – Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3788.htm>

Portaria n.º 1.467/2022 e alterações – capítulo III – Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Disponível em:

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/9PortariaMTPn1.467de02jun2022Atualizadaat3jun2024.pdf>

DRAA – Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial.

Bibliografia

Portaria n.º 1.467/2022 e alterações – capítulo III – Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Disponível em:

<<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/9PortariaMTPn1.467de02jun2022Atualizadaat3jun2024.pdf>>

Planejamento e Controle



Contabilidade e Orçamento – Contabilidade Pública, Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Fluxo de Caixa, Procedimentos Contábeis e Recolhimento de Tributos.

Orçamento Público – Tipos, Dimensões ou Aspectos e Natureza Jurídica do Orçamento, Princípios Orçamentários, Espécies de Orçamento, Orçamento na Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, Crédito Orçamentário e Adicional, Receita Pública, Despesa Pública e Execução Orçamentária e Financeira.

Controle e Auditoria – Auditoria no Setor Público, Tipos e Modalidades, Auditoria Operacional e avaliação de programas, Sistemas de Controle na administração pública brasileira, Controle Externo e Controle Interno.

Bibliografia

Constituição Estadual de 1989 - seção VII.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/constituicao-0-05.10.1989.html>>

Lei n.º 9.717/98 e alterações – Dispõe sobre regras gerais sobre a organização e funcionamento dos Regimes Próprios da Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9717.htm>

Lei Complementar n.º 101/2000 e alterações – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>

Lei Complementar n.º 131/2009 – Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm>

Lei n.º 4.320/1964 e alterações – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm>

Lei n.º 10.320/1968 – Dispõe sobre os sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária do Estado.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10320-16.12.1968.html>>

Decreto n.º 63.894/2018 e alterações – Disciplina a realização de despesas quanto à gestão financeira e orçamentária e a inscrição em restos a pagar.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63894-05.12.2018.html>

Decreto n.º 62.867/2017 e alterações – Dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2017/decreto-62867-03.10.2017.html>>

Decreto-Lei n.º 233/1970 e alterações – Estabelece normas para a estruturação dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária da Administração Pública Estadual, Centralizada ou Direta.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1970/decreto.lei-233-28.04.1970.html>>

Decreto n.º 48.292/2003 e alterações – Concessão de Diárias.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2003/decreto-48292-02.12.2003.html>>



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Decreto n.º 53.980/2009 – Regulamenta o regime de adiantamento.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-53980-29.01.2009.html>>

Lei Complementar n.º 116/2003 e alterações - ISS – Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp116.htm>

CONTEÚDO GERAL

SIC – Serviço de Informações ao Cidadão – Gestão documental e acesso à Informação, Direito ao acesso a informações públicas e dever de proteção do patrimônio documental do Estado, Política nacional de acesso à informação.

Bibliografia

Lei n.º 12.527/2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>

Decreto n.º 68.155/2023 – Regulamenta a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68155-09.12.2023.html>>

Lei Complementar n.º 10.294/1999 – Dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/lei-10294-20.04.1999.html>>

Decreto n.º 68.156/2013 – Regulamenta a Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado e dá providências correlatas.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68156-09.12.2023.html>>

Ouvidoria

Bibliografia

Lei Complementar n.º 10.294/1999 – Dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/lei-10294-20.04.1999.html>>

Decreto n.º 60.399/2014 – Dispõe sobre a atividade das Ouvidorias instituídas pela Lei n.º 10.294, de 20 de abril de 1999.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>

Controle Interno

Bibliografia

Decreto n.º 67.683/2023 – Institui o Plano Estadual de Promoção de Integridade.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-67683-03.05.2023.html>>

Decreto nº 68.158/2023 - Institui a Política de Gestão de Riscos da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68158-09.12.2023.html>>

Lei Geral de Proteção de Dados

Bibliografia

Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Disponível em:



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm >